

LEVANTAMENTO MORAL E INTELECTUAL DOS
HOMENS DE COR:
O CASO DO JORNAL *O EXEMPLO*, PORTO ALEGRE,
RS (1892-1905)¹

MORAL AND INTELLECTUAL UPRISING PEOPLE OF
COLOR:
THE CASE OF THE NEWSPAPER *O EXEMPLO*, PORTO
ALEGRE, RS (1892-1905)

Ricardo Costa de Sousa

Pós-doutorando em Educação pela
Universidade do Oeste de Santa
Catarina – UNOESC.

1 Este artigo é um recorte da tese (SOUSA, 2019), defendida no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O qual demandou a realização de revisões, supressões e acréscimos de dados. Tal exercício foi necessário para construir um argumento coerente com o tema proposto para este dossiê.

Resumo: O jornal *O Exemplo* (1892-1905) é documento histórico, cultural e político de uma época. Ao partir dessa afirmativa, o objetivo central deste artigo circunscreve em demonstrar os discursos inscritos no jornal *O Exemplo* em prol do levantamento moral e intelectual dos homens de cor², no estado do Rio Grande do Sul. O mesmo se assenta no campo da História da Imprensa e da História da Educação, e contou com o aporte teórico e metodológico da História Cultural. A pesquisa indicou que a sociedade tem uma dívida histórica com os homens de cor, em particular, no que toca à instrução e conclama a todas as pessoas a empreender uma cruzada em prol do levantamento moral e intelectual da classe.

Palavras-chave: imprensa, *O Exemplo*, instrução, homens de cor.

2 A terminologia “homens de cor” é utilizada para identificar um grupo étnico específico, no qual, se compreende, no tempo presente, a população negra brasileira. Esse termo é utilizado por diversos pesquisadores do campo das relações étnico-raciais, dentre eles Santos (2011), Muller (2013), Zubaran (2008) e Sousa (2019).

Abstract: The newspaper *O Exemplo* (1892-1905) is a historical, cultural and political document of an era. On the basis of this statement, the central objective of this article is to demonstrate the speeches registered in the newspaper *O Exemplo* in favor of the moral and intellectual uprising of people of color, in the state of Rio Grande do Sul. The same is based on the field of Press History and the History of Education, and had the theoretical and methodological contribution of Cultural History. The uprising indicated that society owes a historic debt to people of color, in particular, with regard to education and calls on all people to undertake a crusade for the moral and intellectual uprising of the class.

Keywords: press, *O Exemplo*, instruction, people of color.

1. Considerações iniciais

O presente escrito se vale do entendimento de que há correspondências entre os jornais brasileiros e europeus, primeiro, pelo seu conteúdo; segundo, por sua forma. De igual modo, os jornais, com um artefato cultural e político, demonstram sua legitimidade ao infundir confiança nos leitores que percorriam suas páginas. Entretanto, a significação histórica dos jornais nacionais não se reduz a uma mera reprodução de experiências do velho continente.

A imprensa brasileira emergiu, em meio a desejos e aspirações, recusas e aceites, carregado de interesses diversos, respondendo a demandas de seu contexto, como no caso do impresso *O Exemplo* (1892-1905). Assim, este impresso responde à desejos, aspirações, interesses e demandas de um coletivo intelectual negro que através da imprensa difunde práticas e discursos semanalmente sobre temáticas diversas, todas com um fundo instrutivo.

Dito isso, o objetivo central deste artigo circunscreve em demonstrar os discursos inscritos no jornal *O Exemplo* em prol do levantamento moral e intelectual dos homens de cor, mais especificamente, em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. O escrito se assenta no campo da História da Imprensa (sob inspiração de Nelson Werneck Sodré, José Marques Melo e Francisco de Assis) e da História da Educação (sob inspiração de Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves,

Luciano Mendes de Faria Filho, Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos) e contou com o aporte teórico e metodológico da História Cultural (sob inspiração de Roger Chartier e Lynn Hunt) para reflexão e análise.

As referências citadas até aqui, dentre as demais que seguem no corpo deste texto, discutem como a imprensa instaura discursos sobre a necessidade de a sociedade empreender esforços para o incitamento dos homens de cor à instrução, dado o estado de ignorância no qual foram submetidos, mais não somente, dado também a exclusão e impedimentos que levam o afastamento de crianças, jovens e adultos da escola.

2. A imprensa como contributo para o levantamento moral e intelectual dos homens de cor

Ao escrever sobre um impresso, em particular o jornal *O Exemplo*, para um recorte temporal delimitado (1892-1905), o mesmo indica que era dirigido aos homens de cor, comunidade de leitura privilegiada, embora não exclusiva. Amparado sob o objetivo central, uma questão subjaz, a maneira como *O Exemplo*, ao longo de sua trajetória, conseguiu assegurar a manutenção de um discurso em prol do levantamento moral e intelectual de seu público leitor, inscrito e definido no primeiro editorial deste impresso.

Na primeira edição do periódico *O Exemplo*, a editoria³ (1892) aborda sobre sua finalidade no campo da imprensa, como consta no texto intitulado *O Exemplo*⁴, nele, escreve: “nós, moços que somos, temos sede de luz, de luz que espanque [sic] altivamente as trevas de nosso horizonte e que, qual estrela a guiar o caminheiro errante, nos conduza ilesos aos portos da ciência”. Nessa direção, complementa: “nossa tarefa seja por demais espinhosa; mas... é das trevas que se chega à luz, é da ignorância que se vai à ciência”. Nesse sentido, por um lado o editorial assegura que o jornal é um espaço de formação intelectual, e, por outro, um veículo de formação de seu público leitor. Isso porque a editoria entende que suas práticas de redação se encerram sob um programa simples, compreendido com base em duas perspectivas: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” (*O EXEMPLO*, 11 dez. 1892, p. 1).

Com relação ao programa definido pelo impresso *O Exemplo*, José Antonio dos Santos (2011, p. 114) se manifesta quanto ao fato de que a “atividade jornalística iniciada com a fundação de um periódico, era entendida como um sacerdócio, uma vocação”, pois

3 Nota metodológica: quanto a inexistência do nome do autor no texto do jornal *O Exemplo*, cabe registrar que o mesmo será nomeado como “editoria”.

4 Nota metodológica: os títulos dos textos que foram selecionados para comporem este escrito serão apresentados em itálico. Outrossim, sua inserção tem a intenção de facilitar sua localização no jornal.

“acreditavam estar imbuídos de uma missão pedagógica, civilizadora, e desejavam contribuir para incorporar à sociedade as camadas marginalizadas”, empobrecidas e acometidas pela falta de instrução, o que ameaçava sobremaneira o progresso do país. Nesse sentido, a editoria (1892) assegura que:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grão de estudo a que o sujeitemos e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas e empreender lidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinadores que julgam o homem pela cor da epiderme (*O EXEMPLO*, 11 dez. 1892, p. 1).

O excerto sugere pensar, por um lado, das representações sobre a incapacidade dos homens de cor, em especial aqueles que empreenderam esforços a fim de interpor impedimentos legais de acesso ao conhecimento; por outro lado, deixa evidente que existem *homens bem-intencionados* a alistarem-se nas *cruzadas* em prol da instrução, ou seja, do levantamento intelectual e moral dos homens de cor.

Maria Angélica Zubaran (2008, p. 7) questiona as desigualdades étnico-raciais no pós-abolição e explica que o jornal “*O Exemplo* apresentava-se como porta voz dos homens de cor e implicitamente manifestava-se contra o racismo científico”, baseado na cor da pele, bem como de outros determinantes. Assim, os

membros do corpo editorial de *O Exemplo* empreenderam estratégias de acesso ao conhecimento, o que possibilitou, como eles mesmos afirmam, empreender lidas pela inteligência.

O colaborador⁵ Nascimento (1892), no texto *Su-biremos ou nos precipitaremos no abismo?*, anuncia aos leitores sobre a necessidade de um periódico que fosse capaz de elogiar as virtude da classe e, ao mesmo tempo, fosse capaz de “estigmatizar os vícios” (*O EXEMPLO*, 11 dez. 1892, p. 2). Em poucas palavras, o colaborador aborda sobre a imperativo das mães velarem pela instrução de suas filhas para “fazer a luz nas trevas”, e ainda inculcar o amor à religião cristã, conhecer o bem e evitar o mal, ou seja “cercar-se de bons costumes e fugir a que se não define categoricamente” (*O EXEMPLO*, 11 dez. 1892, p. 2).

Depreende-se que a luz da instrução contribuiria para o aperfeiçoamento moral e intelectual dos homens de cor, visto o estado de ignorância ao qual os negros foram, sumariamente, submetidos durante o regime monárquico. De modo esquemático, o que se depreende é que, por um lado, tem-se a ignorância como sinônimo de noite, de trevas e do mal, e, por outro, a instrução como sinônimo de escudo, de luz e do bem. Dicotomias recorrentes naquele período.

5 Nota metodológica: o termo “colaborador” irá anteceder o nome do autor que escreveu um texto e encaminhou ao jornal *O Exemplo* para serem publicados. Assim, será possível diferenciá-los dos demais autores que constam neste artigo.

Às inspirações iluministas também são identificadas por Cristina Camaratta Lins Bahia (2016, p. 66) quando aborda que as representações mais recorrentes sobre a instrução no final do século XIX indicam que ela seria “redentora de todos os males da comunidade negra, referida frequentemente pela metáfora da luz contra a escuridão”. Isso porque, pelo viés da razão, seria possível solucionar os problemas do presente, como também reorganizar um futuro mais promissor. Contudo, a sociedade brasileira não tomou para si esses ideais, como consta no texto intitulado *A quem toca*, no qual a editoria (1893) registra:

Acaba de vir ao nosso conhecimento que algumas escolas públicas da capital recusam abertamente admitir ao ensino crianças *de cor*, outras que, limitando os números destas, mesmo assim maltratam-nas, a ponto de seus pais, em justa indignação, retirarem-nas das aulas. E aí ficam essas crianças atiradas à sociedade de uma ignorância crassa e prejudicial! Mas isso, além de ser um atentado à boa marcha de nossa civilização, é o desprezo por inteiro dos ditames que a lei encerra (*O EXEMPLO*, 08 jan. 1893, p. 2).

Segundo a exposição da editoria, três questões são centrais: a primeira, se refere à entrada de criança de cor em aulas públicas; a segunda, ao número reduzido destas em aulas — essa pouca frequência se dá também devido à necessidade de os filhos em tenra idade contribuírem com sua força de trabalho; a terceira se refere ao preconceito vivenciado por elas no espaço

escolar, o que influi no abandono das aulas públicas. Outra grande dificuldade consistia na falta de professores que aceitassem instruir os negros. O abandono, de diversas ordens, segundo a editoria, perpetuava o estado de ignorância de crianças de cor vivido por gerações. Fato lamentado pela editoria, pois o regime republicano impunha um novo modelo de sociedade, de cidadão e de direitos, assim como de instrução.

Conforme Santos (2011, p. 124), “a instrução mostrava-se como um passaporte para a mobilidade social e para o conhecimento dos direitos civis, descrita muitas vezes como uma das estratégias políticas disponíveis aos negros”. Entretanto, a prática de exclusão de crianças de cor era recorrente, como é possível identificar no excerto escrito pela editoria (1893) que em tom de denúncia e indignação registra:

Se não querem estar em contato com o *negro*, porque aceitam essa missão do governo, e que é, de algum modo, remunerada com o suor do mesmo *negro*? Miséria! O governo que tem criado aulas públicas, onde possam os filhos do povo encontrar os rudimentos fundamentais para um mais proveitoso estudo, não cogitou da separação ou exclusão de classes, por diversidade de raças (*O EXEMPLO*, 08 jan. 1893, p. 2).

O questionamento apresentado pela editoria manifesta a inconformidade diante daqueles que deveriam instruir. Afirma que não somente tratava-se de assegurar a entrada na escola, mas também a permanência dessa classe nos bancos escolares, com aces-

so à instrução de rudimentos mínimos, que lhe possibilitasse desvincular-se de uma ignorância crassa, prejudicial ao progresso da nação. Sendo a instrução compreendida pelos ideais republicanos como uma forma de alcançar o progresso, quem não se alinhava a esse novo regime estava cometendo um crime contra o país. A esse respeito, a editoria explicava que o governo presava pela inclusão da raça e criticava os possuídos de “uma estulta soberba contra os *homens de cor*”. Na sequência do texto, a editoria ressalta que esta raça, é capaz de grandes empreendimentos, requer apenas que se instrua suficientemente, o que resultaria no progresso moral e material da nação (*O EXEMPLO*, 08 jan. 1893, p. 2).

A incompreensão diante da garantia dos direitos reservados e proclamados pela República é enfatizada no texto, pois ainda não se havia permitido que estes direitos fossem assegurados aos homens de cor. Assim, mesmo que, por um lado, o governo oferecesse aulas públicas para uma diversidade de raças, por outro, um agravante insistia em permanecer: o preconceito de cor, principal via de exclusão da população de cor, levada a cabo por aqueles que deveriam afastar as trevas da ignorância. Nessa direção, o texto intitulado *Por um vexame*, escrito pelo colaborador Esperidião Calisto, escreve:

A cor é, as mais das vezes, a razão única dada à violência feita à nossa liberdade individual, a afronta atirada ao nosso amor próprio; portanto, devemos assestar as

armas da inteligência contra o preconceito que justifica a nossa presença uniforme nos arraiais do jornalismo, o qual é o cancro da nossa autonomia moral, o preconceito de raça oficialmente instituído, tendo por base a cor. Devemos protestar contra a falta de justiça na aplicação da lei; e de equidade na distribuição do ensino público por sermos contribuintes; contra a falta de garantia à nossa liberdade pessoal por sermos cidadãos (*O EXEMPLO*, 12 mar. 1893, p.2).

O excerto coloca em evidência que a Proclamação da República não garantiu a igualdade da diversidade de raças no país, tampouco da instrução, e convoca os instruídos, citando a si mesmos, do campo da imprensa, a colocarem em exercício as armas da inteligência contra o preconceito. Dado que a cor é a única razão da violência que atenta contra a liberdade dos homens de cor, assim como contra os direitos assegurados pela República, inclusive o direito à instrução. Aqui cabe a referência ao texto *Aconselhando*, no qual a editoria (1893) afirma: “os homens de cor preta e parda na sua maioria constituem hoje uma grande comunhão que, para ser sólida e saliente, necessita apenas de instrução” (*O EXEMPLO*, 02 abr. 1893, p. 2). Conforme a editoria (1893):

É uma verdade que a maioria dos nossos é completamente ignorante, mas ainda é tempo de reparar o mal, dedicando-se todos ao cultivo da inteligência e dos bons sentimentos. E si os pais não quiserem dar-se ao trabalho de já, em adiantada idade, ir estudar o abc, prestem ao menos um serviço à sua Pátria e cumpram um dever que lhes é imposto

pela condição paterna, mandando os filhos para à escola, a fim de receberem aí a luz e o conhecimento da verdade (*O EXEMPLO*, 02 abr. 1893, p. 2).

A ignorância, como descrita pela editoria, de fato estaria presente, fundada em dois motivos: o primeiro, os impedimentos legais de acesso à instrução da população de cor que, historicamente, se perpetuaram com a República; segundo, dado o período desde a Proclamação da República, seis anos, esse período não asseguraria uma população definitivamente instruída. Resolver esse “cancro”, com o qual foram acometidos os homens de cor preta e parda resultaria de esforços excessivos de uma população já adulta e trabalhadora. A saída, então, seria empreender esforços ainda maiores em torno de uma nova geração para o cultivo da inteligência e dos bons sentimentos, desde a infância. Segundo a editoria (1893), a escola deveria ser o espaço em que se receberia a luz e o conhecimento da verdade, mas, para que isso ocorresse, era necessário que os pais se incumbissem de mandar seus filhos à escola, pois assim estariam prestando um serviço à Pátria. A esse respeito, no texto intitulado *Atualidade I*, escrito pelo colaborador Miguel Cardoso (1893), consta:

Se o dever de cada cidadão é trabalhar para o engrandecimento de sua pátria, não é menos o da imprensa de trabalhar para a civilização dos povos, por isso, nós nos achamos dispostos a travar luta contra a ignorância, convictos de levá-la de vencida, propagando os be-

nefícios que a instrução deve trazer à raça que, quase meio século, sofreu o obscurantismo e gemeu ao peso da mais ignominiosa opressão (*O EXEMPLO*, 25 jun. 1893, p 2).

Em formulação exemplar, fica exposto como historicamente, a raça de cor preta e parda sofreu o obscurantismo da ignorância, por um lado, e a incumbência da imprensa em lutar contra esse mal, a ignorância, e propagar os benefícios da instrução, por outro. Isso porque, a partir desse impresso, a intenção residia em expor insistentemente os benefícios que a luz da instrução reservava aos homens de cor, que, com o conhecimento da verdade, poderiam vir a reclamar seus direitos, até então postergados. Para o colaborador Miguel Cardoso (1893),

[...] hoje, que o direito fraterno assistente — aos homens de cor como membros da comunhão brasileira, — cumpre-nos, sendo descendentes desta raça, colaborar para o complemento da grande obra da civilização moderna, mostrando-lhes o caminho da instrução em cuja estrada se encontra a entrada do edifício da igualdade social (*O EXEMPLO*, 25 de jun. 1893, p. 2).

O compromisso de *O Exemplo* com seus leitores, especialmente com seus descendentes, reside em disseminar o discurso de que a instrução, como obra da civilização, que tudo melhora, só é possível quando os homens de cor caminharem em direção ao edifício da instrução, cuja entrada é a igualdade social. A partir

desse discurso, os membros do jornal poderiam servir de exemplo por serem dotados de conhecimentos diversos, como também poderiam mostrar o caminho da instrução, o caminho do conhecimento da verdade. A propósito, o colaborador Miguel Cardoso (1893) acrescentava:

Alimentando em nosso coração a fé de que [...] despertando os nossos irmãos que se têm olvidado de mandar ao colégio seus filhos para receberem a instrução tão necessária à vida do homem, desse princípio de levantamento intelectual há de forçosamente vir o progresso e a felicidade de nossa raça, quiçá uma das mais inteligentes do universo!. (*O EXEMPLO*, 25 jun. 1893, p. 2).

No escrito é possível identificar outras vozes, incluindo todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para o levantamento moral e intelectual dos leitores e, em prol da instrução, reivindicavam que os pais encaminhem seus filhos à escola, a fim de que, recebendo a luz da verdade, possam aliviar-se do peso da ignorância, entendida e identificada como atraso. Nesse sentido, escreve que filho não será feliz enquanto os pais descuidarem da instrução de sua prole. Eles, os filhos, com o cultivo da instrução, “saberá defender seu direito quando violado e, então, na imprensa, como na tribuna ou nos comícios populares, ele esmagará o prepotente com a força da palavra, fundado no direito e na razão” (*O EXEMPLO*, 25 jun. 1893, p. 2). Como exposto, esse é um dos be-

nefícios anunciados pela imprensa: imbuir os leitores, em especial os homens de cor de seus direitos.

Em outro texto, intitulado *A questão do ensino II*, a editoria (1895) aponta ainda que um dos anseios dos pais, ou chefes de família, é de que os filhos, ao mesmo tempo em que aprendam algum rudimento de instrução, possam também aprender alguma arte que lhes possibilite ganhar algumas moedas. Quanto a isso, critica os pais que utilizam de artifícios para saírem pela tangente ao negligenciarem a instrução dos filhos, contribuindo para a persistência da ignorância. Nas palavras da editoria, “o ensino primário sempre foi gratuito”, de modo que após sua conclusão os alunos poderão continuar a estudar, ocupando seu tempo com algo que lhes renda certo honorário, “frequentando as escolas noturnas, de uma mocidade ao alcance dos mais pobres” (*O EXEMPLO*, 03 nov. 1895, p. 2).

A partir do argumento exposto pela editoria, é possível compreender que o ensino primário e gratuito oportunizou, para além do acesso e apesar das desistências, a possibilidade de superar a ignorância pela instrução. Quanto a esse fato, do acesso de alunos pobres ao conhecimento, a editoria é propositiva no sentido de dar a ler informativos sobre alunos que conseguiram acender a uma colocação devido à sua instrução. Entre os exemplos, cita “Manoel Victorino, filho de um operário, como todos, pobre e que ‘por si’ elevou-se ao cargo de segundo magistrado deste

país!” (*O EXEMPLO*, 03 nov. 1895, p. 2). Muitos outros exemplos podem ser lidos em *O Exemplo*, que anuncia um número crescente de jovens em colocações como a de Victorino. A esse respeito, Santos (2011, p. 158) indica que “os redatores procuravam afirmar a capacidade intelectual dos negros com a divulgação de exemplos de pessoas que haviam conseguido, por meio da busca da instrução e do aperfeiçoamento do conhecimento, melhorar suas vidas”, como aqueles que tiveram acesso ao funcionalismo público, o que mostra uma possibilidade de ascensão profissional possível aos negros.

Passar do ensino primário gratuito aos cursos acadêmicos era um longo caminho, especialmente para os alunos pobres e negros, referência utilizada pela editoria, pois, ao requererem uma assistência, conseguiam dar continuidade aos estudos e subtraírem-se da obscuridade da ignorância que lhes era reservada. Nessa direção, o texto *Por despedida*, escrito pelo colaborador Juvenal (1897), expressava sua compreensão sobre a situação da época ao abordar que:

O regime republicano que abre campo vasto para a realização de todas as aspirações populares, nenhuma classe, por mais medíocre que seja, deve ser estacionária e por isso é que por meio da imprensa queríamos não só estimular aos nossos congêneres a instruírem-se, para assim terem sua parcela de esforços na reconstrução da grande Pátria Brasileira, como também atestar aos nossos concidadãos que entre nós também há quem tenha talento e saiba cultivá-lo (*O EXEMPLO*, 21 jan. 1897, p. 2).

Dois aspectos sobressaem nesse excerto, o primeiro deles é o que conclama a qualquer classe, por mais medíocre que seja, a instruir-se; e o segundo que procura ressaltar os talentos dos homens de cor preta e parda para os domínios da instrução. Assim, aos pobres ou homens de cor, a manutenção ou o cultivo da ignorância apresentava-se como um mal que precisava ser superado no regime republicano, pois, em alinhamento com um ideal de progresso, se construiria uma nação civilizada porque instruída. Um povo instruído saberia cultivar seus talentos, como também fazer uso desses talentos em prol do país. Como escreve a editoria (1902) no texto intitulado *Nossa Escola*:

Uma das primeiras carências do nosso meio social é honestamente a instrução. Os nossos homens, nascendo enfaixados na necessidade [...] são desde muito novos atirados às oficinas, aos braços do trabalho antes de terem podido acumular uma bagagem intelectual de conhecimentos que fora necessário em toda a vida e não podem, quando por reflexão a avaliar o mal que a falta de conhecimentos lhe acarreta, repará-lo porque seus ganhos bastam apenas para suas necessidades e o governo não mantém aulas noturnas onde os filhos do povo possam instruir-se (*O EXEMPLO*, 12 out. 1902, p. 2).

O primeiro destaque que se faz necessário nesse excerto é que a principal carência dos filhos do povo era à instrução. Essa carência residia em um problema mais grave, pois, desde a tenra idade, esses infan-

tes são atirados ao trabalho antes de acumularem qualquer bagagem intelectual. A partir desse cenário, levado ao conhecimento da sociedade, havia um tom de denúncia, uma vez que o governo não ofertava aulas noturnas aos filhos do povo. O segundo destaque reside no que anteriormente foi comentado: o fato de os pais descuidarem da instrução dos seus filhos. Novamente é possível observar que a editoria procura reforçar essa afirmativa ao reprovar a inserção das crianças nas oficinas antes de acumularem conhecimentos que levariam para toda a vida.

No artigo de Liane Susan Muller (2013, p. 115), ao tratar sobre as associações e irmandades negras no Rio Grande do Sul e, em um destaque com relação a instrução, aborda sobre a inexistência da oferta de aulas noturnas aos trabalhadores adultos, o que favorecia a um permanente estado de ignorância, impedindo-os de alcançar conhecimentos úteis, bem como de atingir outro patamar social. A autora ainda aborda que “convencidos de que o governo não cumpriria sua obrigação e pensando já ser mais do que a hora de propor uma alternativa, o grupo dirigente de *O Exemplo* conclamou o auxílio de homens e associações negras”, para fundar uma escola noturna, cujo nome seria *O Exemplo* (MULLER, 2013, p. 116).

Com relação a ausência de aulas noturnas, tal fato é comentado pela editoria (1902) quando escreve que, “em outros tempos, quando o país ainda não estava constituído democraticamente, quando um tro-

no pesava sobre os brasileiros e o imperador para ter soldados dedicados na sua defesa, precisava de ignorantes” (*O EXEMPLO*, 12 out. 1902, p. 2), poder-se-ia justificar a ausência de aulas noturnas. Dois meses depois, no texto intitulado *O Atheneu Popular*, a editoria (1902) escreve como o cultivo de um passado de ignorância interferia de forma perversa na vida daqueles que não tomavam o caminho da instrução:

Os homens atirados à noite da ignorância, não encontrando melhores diversões que as tavernas e os bordéis a elas se entregam, não podendo embriagar-se nos encantos que as ciências guardam em seus arcanos, procuram a embriaguez no álcool, não tendo noção de dignidade que não seja a repulsa do insulto pela força bruta, lá, vem um dia em que tentam o homicídio e mesmo o consumam; sem proteção, sem trabalho muitas vezes, e sempre sem mais do que o estritamente necessário para não morrer de fome, sem o escudo da instrução para defendê-los dos golpes de desejos imoderados, sem o conhecimento dos deveres que ponham freio aos assomos de sua animalidade, comete os alienados ao pudor, lenocínio, o roubo (*O EXEMPLO*, 11 dez. 1902, p. 2).

Os excertos até aqui transcritos demonstram o comprometimento da editoria com a divulgação e sensibilização dos homens de cor, em especial, a toda a sociedade brasileira, sobre os benefícios da instrução como símbolo de progresso, de civilidade, de educação. Ao lado do termo instrução, a educação também comparece em *O Exemplo*. No texto *A educação*, escrito pelo colaborador Ascanio Cardolino (1903),

através de discussões conceituais e de demonstrações, aborda como elas operam na vida das pessoas, ambas em oposição à ignorância. Conforme impresso no semanário:

‘A educação faz o homem e a instrução, o sábio’. Este sublime pensamento li algures e jamais se apagou de minha ingrata memória pelo uso que dele faço para desculpar aqueles que, por uma vaidade ignorante, nos arranham de quando em vez ao amor próprio, baseados em posições efêmeras no torvelinho da vida a que estamos sujeitos. A educação é um indispensável elemento, para o completo desenvolvimento moral do homem. A instrução exercita o espírito, desvendando o segredo do ideal; a educação equilibra a índole, despertando os bons sentimentos. É ela a base da conduta e o alicerce da inteligência (*O EXEMPLO*, 05 jan. 1903, p. 2).

O excerto põe em evidência que a educação faz o homem e a instrução, o sábio. A partir desses elementos, pode-se depreender que os termos instrução e educação são atributos indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade. Dito de outra forma, a educação está associada aos atributos necessários ao desenvolvimento da moral. Quanto à instrução, esta exercita o espírito, o desenvolvimento intelectual e está associada aos conhecimentos e à ciência.

A esse respeito, as pesquisas realizadas por Sandra Jatahy Pesavento (1988, p. 95), em especial do Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, datado de 1888, registra o seguinte entendi-

mento: “ninguém mais ignora que da instrução é que nascem os bons costumes, o amor ao trabalho e todas as virtudes que fazem a felicidade das nações. Que os povos contam seus progressos pela destruição das barreiras da ignorância”. Ao que tudo indica, após a saída de um regime escravocrata, os direitos até então postergados aos homens de cor, seriam, então, *concedidos*.

No texto *As nossas associações IV – Os preconceitos*, a editoria (1904), reafirma sua posição frente às condições vivenciadas por aqueles que pertencem a sua mesma raça: “nosso meio por origem está voltado às mais humildes condições sociais e por tal razão também apostado [sic] à ignorância e ameaçado constantemente pelo vício”. Diante dessa afirmação, a editoria insiste em conclamar “aos homens de ânimo e de espírito que brotam em nosso meio” que trabalhem na intenção de levar luz do saber “aos cérebros obscurecidos pelas densas nuvens da ignorância”. Isso porque compreendia que existiam em seu meio pessoas de superior nível intelectual e moral que poderiam contribuir nesse desiderato. Desse modo, lembra que cabe a estes a posição de não esquecer o dever moral de estenderem as mãos àqueles que se encontram em um estado de ignorância, a fim de subtraí-los do abismo em cujo fundo nasceram e de que muito dificilmente, poderiam sair sozinhos (*O EXEMPLO*, 26 jun. 1904, p. 2).

Em relação ao levantamento intelectual da classe, no texto intitulado *Aos nossos - III*, escrito pelo colaborador Varella (1904), declara que “temos imposto a missão de evangelizadores dessa cruzada que levará à sua frente um lábaro santo em que a palavra — Instrução — deixar-se-á ver em toda a sua beleza”. Para levar essa obra adiante tem-se como objetivo melhorar o estado intelectual e moral da classe, o que demanda tempo, tática e persistência e, mais ainda, “muita honestidade e uniformidade de conduta”. Argumenta que “os primeiros que tomarem sobre os ombros esta obra serão verdadeiros missionários ou apóstolos”. Mais adiante, afirma ainda que “a estrada a percorrer pelos cruzados da salvação moral dos nossos é longa e tortuosa”, lembrando que “ao fim, porém, de muitas e fatigantes jornadas está a terra da promessa” (*O EXEMPLO*, 06 nov. 1904, p. 2).

É elucidativa a afirmação de que tal empreendimento tem por objetivo levar à luz do conhecimento, constitui uma cruzada, uma missão evangelizadora para consecução do levantamento intelectual e moral dos homens de cor. Como cruzada, requer persistência e assistência, porque espíritos maldosos assombram e tentam ridicularizar aqueles que aceitaram o chamado de levar luz aos cérebros abocanhados pelas trevas da ignorância. De acordo com Zubaran (2008), tudo isso em razão do preconceito dispensado, sobretudo aos homens de cor, para mantê-los sob

controle, no estado de servilismo, que fora, de forma mais incisiva, vivido no regime monárquico.

Segundo o colaborador Varella (1904), se por um lado “os faraós do preconceito procuram por todos os meios enrijecer pela ignorância o estado de servilismo em que o apedentismo tem presos a maioria dos nossos”, por outro lado, empreendem cruzadas em prol do levantamento moral e intelectual a partir da instrução. Tal cruzada está associada à metáfora do deserto, no qual “um guia inteligente fará chover maná da confiança e brotar a água da instrução que dar-lhes-á ânimo e conforto” (*O EXEMPLO*, 06 de nov. 1904, p. 2). Nesse intento, o colaborador Varella (1904) disserta em tom de verdadeira cruzada:

Ânimo povo! Entre vós está o guia de que careceis! Ele já recebeu a tábua da lei. É ela mais simples que a lei do passado e mais perfeita, ei-la: Instrução e Amor. Praticai-a! Instruí-vos tanto quanto vos for possível, e amai-vos mesmo ao impossível. A instrução trar-vos-á maiores aspirações, o amor recíproco destruirá as rivalidades, o egoísmo e vos unirá a todos em imenso amplexo. Vós sois a borda de uma praia que está exposta ao ondear dos preconceitos e vossa resistência está na razão direta da coesão de vossos atos, uni-vos pois! É tempo já de um começo de ação! (*O EXEMPLO*, 06 nov. 1904, p. 2).

Os guias da instrução conduzem seu povo de um estado de ignorância, por um caminho de luz, a um estado de aspirações. Dito de outra forma, tornaram-se porta-vozes da ideia de que o levantamento in-

telectual e moral parte da instrução. E, como refere Zubaran (2008, p. 18), também pelo trabalho, pois ambos “assegurariam o desenvolvimento moral e intelectual da comunidade negra”. Por isso, as inúmeras solicitações para aqueles que pudessem contribuir com a cruzada de levar luz a cérebros obscurecidos por uma ignorância crassa e prejudicial ao progresso e, conseqüentemente, à nação. Nesse sentido, a instrução, como ideário republicano, era um discurso corrente para o progresso da nação.

3. Considerações finais

O artigo teve a intenção de demonstrar, a partir dos discursos da editoria e de seus colaboradores, inscritos no jornal *O Exemplo*, uma verdadeira cruzada em prol do levantamento moral e intelectual dos homens de cor, especificamente em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A investigação evidencia uma assunção declarada deste impresso, *O Exemplo* em defesa da instrução, particularmente à negros e pobres. Para esse desiderato, este impresso fez circular uma diversidade de textos que se propuseram a envolver e incitar a sociedade sobre seu compromisso, de alistar-se em defesa daqueles em que foram subtraídos o direito de instruir-se, elevar-se intelectualmente e moralmente.

A editoria e seus colaboradores apontaram que as trevas da ignorância precisavam ser dissipadas, em

favor da luz do conhecimento, pois somente com a luz da instrução seria possível reivindicar direitos e acertar as armas da inteligência contra o preconceito. Dessa forma, cada pessoa, enquanto sociedade, demandam empreender esforços em defesa do melhoramento das condições intelectuais da classe, ou seja, propagando os benefícios da instrução.

Por fim, a reflexão e análise do impresso demonstraram que a sociedade tem uma dívida histórica com os homens de cor, aqui, em particular, à instrução, dado os mecanismos de exclusão e impedimentos de diversas ordens que concorre para a permanência de uma ignorância crassa e prejudicial ao país, pois não há progresso sem um povo instruído.

Referências

- BAHIA, Cristina Camaratta Lins. *Aprendendo a ser negro (a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*. Porto Alegre, 2016, 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPG em Educação. Universidade Luterana do Brasil, Porto Alegre, 2016.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007.
- HUNT, Lynn. (org). *A nova história Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – RBCC*. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016.
- MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- O EXEMPLO. Porto Alegre, RS (1892-1905) – Semanário. Disponível em: <<http://culturadigital.br/jornaloexemplo/>>. Acesso em 01 de fev. 2020.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord). *De escravo a liberto, um difícil caminho*. Porto Alegre: IEL, 1988.
- SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Porto Alegre, 2011, 281f. Tese (Doutorado em História) – PPG em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Ricardo Costa de. *Instrução e circulação da palavra escrita: o caso do jornal O Exemplo* (Porto Alegre, RS, 1892-1930). Porto Alegre, 2019, 241f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2019.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, v. III, século XX. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.